

Em entrevista à [Folha de Londrina](#), Anderson Mendes disse o índice de reajuste dos planos de saúde tem transparência, mas tem falhas porque é o único índice nacional. “Precisaria haver um aprimoramento para que houvesse um índice regional”, complementou.

Desde junho de 2020, três milhões de brasileiros ingressaram no sistema de saúde suplementar. A pandemia de Covid-19 colocou os serviços de saúde em evidência e à medida que foi acontecendo a retomada econômica, os gastos com os serviços privados do setor foram sendo incorporados ao orçamento familiar. Atualmente, o Brasil tem o maior contingente histórico de beneficiários de planos de saúde, com 50,630 milhões de pessoas. E esse número está em crescimento.

Segundo especialistas, promover a conscientização de médicos e usuários é fundamental para manter a saúde financeira do sistema e evitar reajustes em percentuais elevados como o que se viu neste mês, quando a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) autorizou a revisão de preços em até 9,63% – índice que supera em mais de duas vezes o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado nos últimos 12 meses.

Quando o consumidor contrata um plano de saúde, a definição dos valores das mensalidades é feita a partir do cálculo atuarial de utilização do sistema, que faz a análise de risco. Com o passar do tempo, com a inclusão de novos procedimentos, aumento dos custos dos insumos e procedimentos, esses valores são revistos. Em 2021, a ANS fixou o limite de 8,14% para os reajustes. No ano passado, o percentual foi quase o dobro, 15,5%, e em 2023, 9,63%, válido para o período de maio deste ano até abril de 2024.

Confira a matéria completa [clikando aqui](#).

Fonte: UNIDAS, em 07.07.2023